

# A Cultura Estratégica Brasileira na Atualidade

Paulo Vladimir Sousa Da Silva<sup>1</sup>

*Ou você tem uma estratégia própria, ou então é parte da estratégia de alguém (Alvin Toffler)*

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil dos últimos anos, o tema Segurança e Defesa vem ganhando espaço para discussões e estudo no campo político, na imprensa e na academia, ou seja, na sociedade em geral, o que pode trazer impactos na Cultura Estratégica Brasileira.

Nesse sentido, neste início de século, observou-se a criação de um conjunto de documentos basilares que orientam a condução de políticas e estratégias nacionais nessa área, como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Esses documentos, após aprovação do Congresso Nacional, foram promulgados em 26 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2014, p.7).

O conceito de cultura estratégica foi empregado pela primeira vez, em 1977, por Jack Snyder (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p.319). Snyder utilizou o termo num estudo sobre a doutrina soviética de guerra nuclear limitada e se referiu à cultura estratégica como:

a soma total de ideais, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento habitual que os membros da comunidade estratégica nacional adquiriram por meio da educação ou da imitação e os compartilham entre si com relação à estratégia nuclear (SNYDER, 1977, p.8).<sup>2</sup>

Ou seja, se refere a um somatório de ideias, percepções e crenças que guiam e circunscrevem o pensamento sobre questões estratégicas nacionais, influenciam a maneira como estas questões são formuladas e articulam o vocabulário e os parâmetros perceptuais do debate estratégico (MARQUES, 2007).

Em um artigo de 1995, Alastair Iain Johnston fez uma revisão teórica dos estudiosos da cultura estratégica e classificou-os, dependendo da abordagem, em “três gerações”. A primeira se refere a Jack Snyder com os debates da estratégia nuclear. A “segunda geração” – cita, por exemplo, Bradley Klein – surgiu em meados da década de 1980 e fez uma distinção clara entre cultura estratégica e comportamento, bem como entre o

que os líderes pensam ou dizem que estão fazendo (doutrina declarativa) e os motivos mais profundos para o que na verdade fazem (doutrina secreta). A “terceira geração”, na qual Johnston se inclui, procurou tornar o conceito de cultura estratégica testável, segundo rigor metodológico, tratando a “cultura estratégica” como variável independente e o comportamento como variável dependente.

Entretanto, o modelo de estudo empírico produzido por Iver Neumann e Henrikki Heikka aponta alguns erros na utilização da metáfora das “gerações” de Johnston, como a epistemologia positivista na qual se baseavam as primeira e terceira gerações, bem como a falta de especificidade da segunda geração (NEUMANN; HEIKKA, 2005). Eles concluíram que precisavam de um conceito de cultura que permitisse a análise de problemas específicos. A mudança conceitual fundamental proposta para o conceito de cultura foi seguir a teoria da prática, e conceituar a cultura como dinâmica interação entre discurso e prática.

Nesse cenário, Neumann e Heikka (2005) propõem uma definição de cultura estratégica como uma interconexão dinâmica entre a grande estratégia e a prática (as doutrinas militares, as relações entre civis e militares e a aquisição de armamentos).

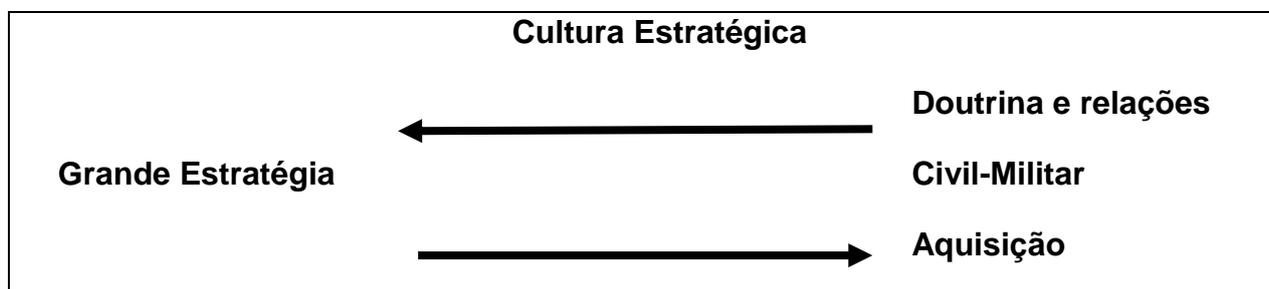


Figura 1 – Cultura Estratégica  
Fonte: Neumann e Heikka (2005, p.17)

Grande Estratégia, Estratégia Nacional ou Estratégia Total é o padrão geoestratégico regional-multilateral (podendo ser não oficialmente firmada), que se sedimenta por ações econômicas paradiplomáticas de empresas estatais, bem como por ações governamentais de caráter político-diplomático e político-militar (SENHORAS, 2012, p.3). Já Estratégia é a arte de preparar e aplicar o poder para, superando os óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política (BRASIL, 2001).

Segundo Coutau-Bégarie (2010, p.323), existe um consenso sobre a influência da geografia e da história como fatores constituintes da cultura estratégia, devendo-se, porém, fazer a combinação desses fatores. No tocante à influência da história, é

importante ressaltar que esta deve ser entendida de duas formas: uma *lato sensu* (história da sociedade em geral); e outra *stricto sensu* (história militar).

De acordo com a PND (BRASIL, 2012), o crescimento da projeção internacional do Brasil no século XXI é um dos objetivos nacionais de defesa. Em consequência, é notória a maior inserção do país no cenário global, visto que o Brasil tem se tornado um ator internacional de relevância crescente (CORREA, 2014).

Entretanto, como as interconexões da cultura estratégica são dinâmicas, o presente trabalho pretende analisar os impactos na cultura estratégica brasileira atual, fruto das recentes evoluções no debate público sobre segurança e defesa, bem como da crescente participação brasileira no concerto das nações.

Este estudo utilizará como premissa a abordagem de Coutau-Bégarie, em que a racionalidade estratégica pode ser diferente segundo a época. Nesse contexto, Coutau-Bégarie (2010, p.322) explora o conceito de geração: "(...) as distinções entre gerações são nitidamente pronunciadas entre os combatentes que conheceram a Guerra e aqueles cuja carreira atravessa um período de paz sem conflito nacional maior (...)".

De modo análogo, o General de Gaulle, então major, já havia observado esse fenômeno no período entre guerras:

Em uma geração, porém, que não acredita mais em ter de combater, bem poucos homens, entre os melhores, mantêm-se na carreira das armas, visto que uma época pacífica apenas assegura uma situação moral e material restrita para os soldados que ela considera pouco úteis (GAULLE, 2001, p.46).

O presente trabalho foi articulado em três seções. A primeira aborda as influências geográficas. Na segunda parte, são discutidas algumas influências históricas. Na terceira parte, são apresentados possíveis impactos na cultura estratégica brasileira, em razão do maior interesse dos atores nacionais (políticos, empresários, academia, dentre outros) sobre o assunto de segurança e defesa.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Influências da Geografia**

O Brasil, localizado no subcontinente América do Sul, possui área com cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e litoral voltado para o Atlântico de 7,4 mil km, sendo o quinto maior país em espaço geográfico do mundo (BRASIL, 2016).

Embora o Brasil faça fronteira com nove países sul-americanos e um território ultramarino da França (perfazendo uma faixa de 16,9 mil km de extensão), o País tem, ainda hoje, uma “orientação secular, Atlântica e voltada para o leste” (EAKIN, 2014, p.42), o que vem influenciando profundamente o pensamento dos brasileiros sobre o país e seu lugar mundo. Neste aspecto, a análise geopolítica de Mario Travassos ressalta a importância da cordilheira andina como grande divisor dos dois antagonismos geográficos da América do Sul, o Atlântico e o Pacífico (MATTOS, 2002, p.59).

Soma-se a essa característica o fato de o Brasil ter sido, desde a colonização, uma “civilização do litoral” (EAKIN, 2014, p.45). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda hoje, cerca de 70% da população brasileira vive na faixa situada a até 200 km do Atlântico, fruto, também, do movimento tardio para o interior, o que vem moldando a cultura do brasileiro.

Aliado a isso, também houve o desenvolvimento tardio das instituições de ensino superior e sua concentração em poucas cidades, influenciando na formação de elites brasileiras mais pacifistas (EAKIN, 2014, p.48).

Ademais, a Amazônia brasileira, rica em recursos minerais de toda ordem e maior biodiversidade do planeta, foi e ainda é uma área pouco povoada, devido às suas condições geográficas, mas que, por outro lado, equivale a cerca de 61% do território nacional.

Essas características, dentre outras, têm impactado a cultura estratégica brasileira, notadamente nos seus atores principais, como políticos, diplomatas, militares e empresários. Segundo Eakin (2014), essas influências geram consequências ao longo da história, como não se ver dentro da cultura “latino-americana” e pouco interesse ao que acontecia no restante da América Latina.

Além disso, deve-se levar em consideração a posição relativa do País no globo. Assim, a existência da grande potência no continente americano, os Estados Unidos, influencia diretamente a cultura estratégica dos demais países ocidentais. Nesse contexto e segundo Travassos (1935, p.70), a “instabilidade geográfica do canto noroeste do continente” estaria diretamente relacionada à influência dos Estados Unidos, tendo causas exclusivamente geopolíticas.

Conclui-se parcialmente que a geografia contribui na formação da cultura estratégica brasileira da atualidade, influenciando a mentalidade dos principais atores da sociedade.

## **2.2 Influências da História (Enfoque na História Militar)**

Não se pode falar de cultura estratégica de um país sem estudar a história. Para tanto, este trabalho limitou-se no tempo a análise de alguns fatos históricos ocorridos a partir do século XIX, fruto das rupturas corridas na cultura, em face da vinda da família Real portuguesa, em 1808, e posterior independência do Brasil, em 1822.

Nesse contexto histórico, Glauco Corbari Corrêa (2014, p.30) traz a premissa de que as forças armadas, desde os tempos mais remotos, tiveram importante papel na constituição do Estado como ator político e continua relevante para a sua preservação.

Logo após a independência do Brasil (1822), a força militar ocupava “lugar absolutamente destituído de significado da sociedade” (FERRER, 2005, p.122), visto que a Guarda Nacional exercia papel de maior relevância na época, com maior efetivo e aporte financeiro.

Resultado disso foi a falta de recursos e dificuldade para o recrutamento, tanto para o Exército (FERRER, 2005, p.122) como para a Marinha de Guerra (LAURENZANO, 2008, p.12).

Embora o Exército Brasileiro tenha combatido na Guerra da Cisplatina (1825-1828), o descaso do governo para com o Exército foi verificado e comprovado quando o Brasil entrou em Guerra contra o Paraguai, pois faltavam às tropas brasileiras todas condições básicas para uma força armada entrar em combate (EAKIN, 2014, p.46, e FERRER, 2005, p.124). Assim, coube a Caxias a missão de reorganizar o Exército durante a campanha.

Nesse sentido, a análise de Ricardo Bonalume Neto (2011) afirma que “o exército paraguaio estava mais preparado que o brasileiro e até invadiu território do país na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). A falta de preparo inicial levou a cinco anos de Guerra”.

Entretanto, esses ensinamentos não foram colhidos na cultura estratégia, e num conflito interno seguinte, o de Canudos (1893-1897), as tropas do Exército novamente passaram por sérias dificuldades na campanha, como falta de meios de transporte.

Fuzis que esquentavam demais, fardas que se transformavam em farrapos e calçados que rapidamente desapareciam, deixando os soldados descalços, nas longas marchas empreendidas pelos sertões. Não foram fornecidas tendas, e, portanto, os soldados tinham de dormir ao relento. Isto acabou sendo um traço comum até a quarta expedição (ECEME, 2009, p.158).

Só após a campanha de Canudos, as experiências do despreparo e falta de prontidão da tropa nas campanhas da Guerra do Paraguai e do conflito de Canudos incentivaram líderes militares a planejarem alterações e mudanças no Exército, como o “relatório Mallet<sup>3º</sup>” e a reforma de Hermes da Fonseca (ECEME, 2009, p.156).

Estas mudanças foram evidenciadas no conflito do Contestado (1912-1916), em que as tropas estavam mais bem equipadas, usaram um conjunto de atividade e tarefas de inteligência, e houve o emprego inédito de aviões pelo Exército Brasileiro. Cabe destacar que esse conflito teve início no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), o presidente que já havia sido ministro da Guerra e que desempenhou importante papel na reorganização do Exército por meio da supracitada Reforma Hermes (CALAZA, 2012, p.74).

Ao declarar guerra à Alemanha e à Itália, em agosto de 1942, alguns consideravam ser mais fácil a “cobra fumar” do que o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial (CPDOC/FGV, 2015). Sobre esse episódio, o jornalista Ricardo Bonalume Neto (2011) nos traz que, embora declarado guerra em 1942, a cobra só fumou em julho de 1944, quando “a Força Expedicionária Brasileira desembarcou na Itália e, mesmo assim, era apenas uma das três divisões de infantaria inicialmente planejadas, e seu armamento era todo de origem Americana”.

Nos dias atuais, o Brasil tem se destacado no cumprimento de missões de paz, sob a égide da ONU, porém, em 2010, a necessidade de uma transformação do Exército foi evidenciada concretamente pela crise vivida no Haiti, ocasião em que “colocou em evidência a restrita capacidade de a Força Terrestre projetar força e de fazer frente a situações de contingência, [...]. Para desdobrar um segundo contingente foram necessárias três semanas [...]” (BRASIL, 2010, p.18).

Infere-se de forma parcial que a história tem demonstrado certa falta de maturidade na cultura estratégica brasileira (oscilação na priorização das Forças Armadas), o que pode impactar na projeção de poder no âmbito regional e internacional nos dias atuais.

### **2.3 Maior interesse dos atores nacionais nos assuntos de Segurança e Defesa**

Em 1999, foi criado o Ministério da Defesa (MD), momento em que os comandantes das forças singulares (Marinha, Exército e Força Aérea) passaram à subordinação da liderança civil no nível estratégico (antes eram diretamente subordinados ao Presidente da República no nível político), o que vem colaborando para uma reflexão integrada entre as esferas civil e militar no planejamento de defesa do país.

A partir daí, observou-se um período de grande produção documental e reformulação da estrutura de Defesa, como a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) – em substituição ao Estado-Maior de Defesa (EMD) – subordinado diretamente ao MD e que coordena o emprego das Forças Armadas.

De pronto, verificou-se a necessidade de revisar a Política de Defesa Nacional (PDN), de 1996. Muito embora tenha sido pioneiro nesse sentido, o documento de 1996 foi muito genérico, não sendo considerado um orientador político-estratégico (CORRÊA, 2014). Em consequência, iniciou-se o processo de revisão da Política de Defesa Nacional (PDN), esboçando-se algum debate nacional em 2003 e 2004.

O documento pioneiro foi então atualizado em 2005, tornando-se mais completo e trazendo, pela primeira vez, a separação conceitual de Segurança (conforme ONU e OEA) e Defesa (CORRÊA, 2014). Entretanto, Corrêa (2014) nos traz que a PDN (2005) não unificou os esforços e diretrizes para as forças singulares, ou seja, não atuou em políticas conjuntas, a fim de racionalizar e complementar as ações em prol da sinergia estratégica.

Mitigando esse problema, em 2008, o governo publicou a Estratégia Nacional de Defesa (END), visando orientar o emprego conjunto das três forças. A END foi aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, sendo dividida em três eixos estruturantes: 1) reorganização das Forças Armadas; 2) reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e 3) política de composição dos efetivos das Forças Armadas (BRASIL, 2012b).

Além disso, a END foi um importante passo na tentativa de traçar as pretensões brasileiras na área de Defesa, trazendo transparência e abertura ao debate com a sociedade, inferindo que o envolvimento nesse assunto é também um dever de todos os cidadãos (CORRÊA, 2014).

Em 2010, a Lei Complementar nº 97/1999 foi modificada pela Lei Complementar nº 136/2010, a qual estabeleceu, em seu Artigo 9º, a obrigatoriedade de o Poder

Executivo apresentar ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012, a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional.

Para cumprir a tarefa de elaborar o Livro Branco, o debate não ficou limitado ao desenvolvimento dentro dos escritórios do Ministério da Defesa. Buscou-se aumentar a participação da sociedade na reflexão e no debate dos temas desenvolvidos. Foram realizadas Oficinas Temáticas, Seminários e Mesas-redondas, contando com a participação de civis e militares, brasileiros e estrangeiros, e levou-se a discussão das questões da defesa brasileira para as cinco regiões do País. Essas contribuições foram de grande valia, conforme registrado pelo então Ministro da Defesa Celso Amorim (BRASIL, 2012c, p.8-9).

No ano de 2010, observou-se a criação do curso de graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A primeira turma do curso formou-se em 2014. É o primeiro e único curso sobre Estudos Estratégicos no Brasil destinado a formar especialistas civis na área de Defesa. Atualmente, o curso possui 420 alunos e 15 bacharéis já formados (UFRJ, 2015), demonstrando, dessa forma, interesse crescente no mundo acadêmico civil pelo tema de Defesa Nacional.

Nesse cenário, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) foi apresentado pelo governo em 2012, como um meio por meio do qual os cidadãos poderão conhecer as ações do Estado nessa área, bem como os desafios do País para aprimorar sua Defesa nas próximas décadas (BRASIL, 2012c). Documento de caráter público, o LBDN visa permitir o acesso ao amplo contexto da estratégia de defesa nacional, em perspectiva de médio e longo prazo, bem como viabilizar o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (Art 9º, § 1º, Lei Complementar nº 136/2010).

Após a aprovação do Congresso Nacional, os três documentos básicos foram promulgados em setembro de 2013: Política Nacional de Defesa (PND), anteriormente PDN; END; e LBDN. Assim, tem-se hoje um conjunto de documentos fundamentais, que orientam e esclarecem as ações dos atores nacionais na área de Defesa.

Outro exemplo de maior interesse na área de Defesa foi a implementação de medidas para alavancar a base industrial de Defesa, fruto dos debates desenvolvidos na PND e END. A PND elenca que a indústria de defesa é um setor altamente estratégico e diretamente relacionado com a soberania do Estado e com a

autodeterminação do povo. Um dos objetivos da END é a reorganização da indústria nacional de material de defesa, buscando um desenvolvimento tecnológico independente.

Nesse aspecto e motivado pela aprovação da END, o Exército Brasileiro (EB) iniciou uma mudança denominada “Processo de Transformação” (BRASIL, 2010). Tal processo pretende fazer com que o EB se torne capaz de proporcionar ao Brasil o respaldo necessário para enfrentar os novos desafios no cenário internacional, alcançando patamar de uma força armada com a estatura política-estratégica-militar de ator global, com capacidade operacional para atuar em qualquer área de interesse do Brasil.

Ainda exemplificando maior envolvimento do setor acadêmico, a UFSC sediou pela primeira vez, no ano de 2015, o curso de Extensão em Defesa Nacional com objetivo de discutir assuntos relacionados aos cenários internacional e regional de segurança. O evento foi fruto de uma parceria entre o MD e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O curso teve apoio do Grupo de Estudos em Segurança e Defesa (GESED) do curso de Relações Internacionais da Universidade (UFSC, 2016).

Nesse contexto de maior participação da academia na área de Defesa, pode-se destacar o Instituto Meira Mattos (IMM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). O IMM contribui para a desejável sinergia entre o meio acadêmico civil e o militar abordada no LBDN, além de atender à Diretriz do Comandante do Exército (2011-2014), uma vez que permite à ECEME contar com o segmento civil em seus corpos docente e discente, bem como aperfeiçoar seus programas de pesquisa e pós-graduação.

Além disso, alguns estudos – como os de Elói Martins Senhoras e João Paulo Soares Alsina Júnior – têm levantado o nível do debate sobre os assuntos estratégicos de Defesa Nacional. Segundo esses autores, existe um claro desequilíbrio (*gap*) estratégico na projeção de poder internacional da grande política exterior, na medida em que se entende que há uma falta de capacidade militar em comparação aos recursos de poder tangíveis dos empresários e da diplomacia.

Segundo Senhoras (2012, p.11):

para um país, como o Brasil, que tem ambições crescentes de se tornar um *player* internacional, torna-se **função sine qua non** o

**fortalecimento de sua capacidade dissuasória**, por meio de investimento em sua máquina militar, motivo pelo qual a conformação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), bem como compras de novos equipamentos e possíveis transferências tecnológicas para a reativação de uma indústria de defesa (grifos nosso).

Conclui-se parcialmente que a criação do Ministério de Defesa, o surgimento de alguns documentos estratégicos para a política de defesa e o maior envolvimento da academia sobre o assunto estão sendo fatos relevantes para o país romper a “velocidade zero” no longo caminho de construção de uma cultura estratégica.

### **3 CONCLUSÃO**

O presente trabalho buscou contextualizar o conceito de cultura estratégica com a realidade atual do Brasil. Como introdução, fez-se uma abordagem teórica sobre a interconexão dinâmica entre a grande estratégia e a prática, suas influências e a diferenciação entre gerações.

Para atingir o objetivo de pesquisa proposto, este trabalho foi dividido em três seções. As duas primeiras trataram das influências da geografia e da história (com foco na história militar), como fatores constituintes na formação da cultura estratégica. Na terceira parte foram apresentados alguns possíveis impactos na cultura estratégica brasileira, fruto do maior interesse nos assuntos de Segurança e Defesa pelos principais atores nacionais.

Em síntese, infere-se que a geografia e a história influenciam profundamente a cultura estratégica brasileira, com variação nas gerações. Nos últimos anos, outros atores nacionais, além de militares e diplomatas, como políticos, empresários e acadêmicos, têm demonstrado maior interesse nas discussões nacionais sobre Defesa e Segurança, impactando na cultura estratégica brasileira.

Das influências geográficas, a orientação secular, Atlântica, voltada para o leste e, por conseguinte, uma civilização do litoral marcam o pensamento dos brasileiros. Verificou-se também a situação demográfica e de desenvolvimento da Amazônia brasileira e o posicionamento da potência hegemônica EUA como grandes influências geopolíticas.

No contexto histórico, constatou-se um desequilíbrio estratégico pela oscilação na priorização das Forças Armadas desde a independência, ocasionando, por vezes, um

*gap* de poder no campo militar. Desta feita, pretende-se, com uma cultura estratégica nacional, conceber e aprovar mecanismo que permita conferir previsibilidade, estabilidade e perenidade aos projetos de equipamento e de desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

No caso específico do Exército, pretende-se fazer com que o EB se torne capaz de proporcionar ao Brasil o respaldo necessário para enfrentar os novos desafios no cenário internacional, alcançando patamar de uma força armada com a estatura política-estratégica-militar de ator global, com capacidade operacional para atuar em qualquer área de interesse do Brasil.

Recentemente, o país vem passando por grave crise política e econômica com drástica redução de investimentos para área de Defesa. Por outro lado, observou-se a possibilidade do Brasil reconquistar um momento prosperidade. A aprovação dos documentos basilares que orientam a condução de políticas e estratégias nacionais na área de Defesa, como a PND, END e LBND, podem contribuir para superação dos óbices acerca dos riscos concernentes à deterioração das capacidades do país, bem como da incerteza quanto ao novo papel a ser desempenhado pelo poder militar, aos poucos se mitigam ante a possibilidade de retomada do interesse de governantes e do segmento civil da sociedade pelo tema.

Fruto disso, destacou-se a implementação de medidas para alavancar a base industrial de Defesa, indo ao encontro da Estratégia Nacional de Defesa e também do desenvolvimento do país.

Além disso, a criação de cursos de graduação na área de Defesa e maior participação do mundo acadêmico nos estudos e produção científica na área formam outros aspectos levantados como relevantes para a formulação da cultura estratégica brasileira.

Por fim, conclui-se que a Cultura Estratégica Brasileira na atualidade tem grande potencial para melhorias qualitativas. A geografia e a história continuam sendo aspectos fundamentais na constituição dessa cultura. Entretanto, como suas interconexões são dinâmicas, os primeiros passos dados nos últimos anos poderão marcar a visão das gerações futuras para a construção e consolidação de uma verdadeiramente forte cultura estratégica brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BONALUME NETO, Ricardo. Despreparo militar marca história do país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 março 2011.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 109, de 21 de setembro de 2001. **Aprova o Manual de Campanha C 124-1-Estratégia**. 3ª Ed. Brasília, DF, 2001.
- \_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Transformação do Exército**. 3ª edição. 2010. Disponível em <<http://www.eb.mil.br/web/proforca/downloads>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012(a). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 16.
- \_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012(b). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- \_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012(c). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0>>. Acesso em: 14 fev. 1c.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese**. Portal IBGE, 2016. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 16.
- CALAZA, Claudio Passo. Avião no Contestado: descortinando um emprego militar inédito. **Revista Brasileira de História Militar**, v.3, n. 8, p.72-91, 2012.
- CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Fatos & Imagens - 1944: O Brasil vai à guerra com a FEB. **Fundação Getúlio Vargas**, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CORRÊA, Glauco Corbari. A Política de Defesa do Brasil No Século XXI. Brazil's Defense Policy in the 21st Century. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, v. 8, n. 31, p. 29-38, 2014.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval (2010).
- EAKIN, Marshall C. Espaço, Lugar, Identidade... e Tempo: História, Geografia, e as Origens da Cultura Estratégica Brasileira. **Revista Eletrônica-Expedições/Expeditions: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386)**, v. 5, n. 1, p. 42-56, 2014.

- ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). **CONTEÚDO BÁSICO DE HISTÓRIA MILITAR** (atualizado em 11/2009). Disponível em: <<http://cp.eceme.ensino.eb.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- FERRER, Francisca Carla Santos. **A (re) organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai**. Biblos, Rio Grande, v. 17, p.121-130, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/101/56>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- GAULLE, Charles De. **O fio da espada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- JOHNSTON, Alastair Iain. Thinking about strategic culture. **International security**, v. 19, n. 4, p. 32-64, 1995.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 312p.
- LAURENZANO, Mayra Cristina. **Os conflitos platinos e a formação do Estado Brasileiro (1808-1828)**. 2008. Dissertação de Mestrado. Londrina: UEL.
- MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. 233f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.
- MARQUES, Adriana A.; MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a “Segurança Democrática” e a “Defesa Integral”: Uma Análise de Duas Doutrinas Militares no Canto Noroeste do Subcontinente Sul-Americano. In INSTITUTO DE PESQUISA Econômica Aplicada. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul**. 2005. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- NEUMANN, Iver B; HEIKKA, Henrikki. **Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence**. Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic international Studies Association, v.10, n.1, 2005.
- SENHORAS, Eloi Martins. Cultura estratégica e projeção brasileira nas relações internacionais. **Memórias del VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, Quito, Ecuador, 2012. Disponível em: <<https://works.bepress.com/eloi/258/>>. Acesso em 02/02/2017.
- TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1935.
- UFRJ. Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<http://www.dgei.ufrj.br/images/O-que-e-o-DGEI.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

UFSC. Cotidiano. UFSC. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/a-universidade-federal-de-santa-catarina-recebe-curso-de-extensao-em-defesa-nacional/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

---

<sup>1</sup> Major do Exército. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1998). Especialista em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2007). Aluno de pós-graduação em Ciências Militares pela ECEME do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército (2015-2016).

<sup>2</sup> No original: *the sum total of ideals, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of the national strategic community have acquired through instruction or imitation and share with each other with regard to nuclear strategy.*

<sup>3</sup> Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Guerra Gen Div. J. N. de Medeiros Mallet. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Documento deu tom de debate político e forneceu a base para as iniciativas para a reforma na década seguinte.